POLÍTICAS PÚBLICAS, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar brasileira contempla grande diversidade cultural, social e econômica, podendo variar desde o campesinato tradicional até a pequena produção modernizada. No entanto, esse seguimento produtivo da agricultura foi negligenciado na formulação de políticas públicas para o setor durante toda a história do Brasil.

Somente em 1996, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, os produtores familiares rurais puderam dispor de um programa voltado para favorecer-lhes de fato. O PRONAF surgiu como resultado das muitas reivindicações dos trabalhadores rurais organizados e de outros grupos sociais que apontavam a importância de se estabelecer políticas que propiciassem os meios necessários ao fortalecimento da produção agrícola familiar no Brasil. Atualmente, o PRONAF já alcançou considerável dimensão com operações em todo o território nacional, consolidando-se como a principal ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil.

Existe uma multiplicidade de estratégias de atuação da agricultura familiar no campo da economia territorial, o que favorece o planejamento e a gestão dos recursos naturais, sua distribuição mais equitativa e sua administração mais descentralizada. Assim, o apoio à produção familiar agrícola é uma estratégia apontada na literatura para a dinamização da economia de muitos territórios rurais brasileiros que passam por uma fase de estagnação e diminuição das oportunidades de geração de renda.

Em 2003, incluiu-se no Plano Plurianual 2004-2007, o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT, conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)[1]. O programa foi concebido para ser implementado no longo prazo, alcançando todos os espaços rurais do Brasil, especialmente aqueles cujos perfis apresentem características de estagnação econômica, problemas sociais e riscos ambientais, com ponderável presença de agricultores familiares. O documento do MDA (2005) define território da seguinte forma:

[1] Atualmente, este programa conta com um total de 164 territórios distribuídos em todas as unidades da federação. Para fortalecer e garantir o processo de gestão social dos territórios rurais existe em cada um deles os Conselhos de Desenvolvimento Territorial – CODETER, formados por representantes do poder público local e sociedade civil.

> É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (p. 28).

Com base nessa discussão, o presente trabalho objetivou analisar o potencial do PRONAF, enquanto uma das principais políticas de desenvolvimento rural em curso no Brasil, em impactar positivamente territórios rurais com baixa dinamicidade econômica, ou seja, com baixa capacidade de geração de novos postos de trabalho, baixo nível de renda da população, baixa qualificação profissional, etc. Trata-se de analisar o potencial dessa política em produzir efeitos diretos e indiretos nas economias dos municípios que compõem esses territórios, propiciando assim uma maior dinâmica intersetorial nos territórios. Como recorte geográfico foi escolhido o Território Rural do Médio Jequitinhonha, localizado na Região do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, para os anos 2000 a 2007. Esta região caracteriza-se por altos índices de pobreza e percentual elevado de sua população residente no meio rural.

Adotou-se a hipótese de que as políticas sociais, além de ter seu foco na redução da pobreza e das desigualdades sociais, também intervêm na dinâmica econômica territorial. Os recursos monetários oriundos dessas políticas proporcionam uma injeção de liquidez considerável para impulsionar as relações internas de mercado. Esses resultados são frutos da "incidência territorial das políticas públicas" (SILVA, 2008), e serão tanto melhores quanto mais desenvolvido for o arranjo institucional que se forma em torno da implementação de um programa e das habilidades sociais por parte dos públicos envolvidos e suas organizações.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

2.1. Qual o cenário de desigualdades no meio rural brasileiro?

Malgrado todos os significativos avanços sociais em todas as regiões do país nos últimos anos, a combinação de pobreza e desigualdade social no Brasil permanece como um dos desafios a serem enfrentados em uma estratégia de desenvolvimento. A recuperação econômica do país a partir de 2004 e o conseqüente aumento de recursos dos programas de transferência de renda, possibilitou uma queda dessa desigualdade principalmente em termos de renda, mas os índices continuam preocupantes (BARROS, 2007).

Segundo dados do IBGE, a concentração de renda no Brasil, medido pelo índice de Gini, caiu 7,6% entre os anos de 2002 e 2009, passando de 0,534 para 0,493. No mesmo período, o número de brasileiros vivendo em situação de pobreza caiu de 18,5 milhões para

14,5 milhões. No entanto, além do Brasil ainda comportar um alto índice de pobreza, para o PNUD, qualquer índice de Gini acima de 0,4 é indica desigualdade extrema, ou seja, caracteriza um cenário de péssima desigualdade de renda.

O principal determinante para os elevados níveis de pobreza do país reside na própria estrutura da desigualdade brasileira, que se configura em uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades inclusão social. Para Barros (2007), o Brasil não é um país pobre, mas sim um país de muitos pobres, fato pelo qual destacou a necessidade das políticas públicas de combate à pobreza concederem prioridade à redução da desigualdade. Assim, pode-se dizer que a pobreza no Brasil é um problema relacionado à distribuição dos recursos e não à sua escassez, e que uma divisão equitativa dos recursos pode ter um impacto relevante para combatê-la.

Medeiros (2005) diagnosticou que a maior contribuição para os elevados índices de desigualdade de rendimentos no país é dada pelos estratos de renda mais alta. Apenas 10% da desigualdade está localizada entre os 50% mais pobres, ao ponto que nos 10% mais ricos está concentrada mais da metade da riqueza nacional. Segundo sua pesquisa, se fosse contabilizada apenas a desigualdade entre a massa dos 80% mais pobres, os indicadores brasileiros seriam relativamente baixos e comparáveis a qualquer outro país desenvolvido.

O mesmo autor argumentou ainda que a redução dessa desigualdade poderia ser muito benéfica para a massa de população em piores condições de vida. Isso se daria, primeiro, pelo "valor de bem viver" de uma sociedade mais igualitária e, segundo, porque a igualdade é o caminho mais viável para se erradicar situações moralmente inaceitáveis em um país de recursos abundantes, como é o caso da miséria no Brasil.

No meio rural essa realidade de desigualdades da estrutura societal brasileira se expressa de maneira mais perversa. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 e da PNAD 2008, corroboram essa afirmação ao permitir estabelecer comparações entre as realidades sociais do campo e da cidade. Estima-se que a população residente em domicílios rurais no Brasil seja 16,3% do total, confirmando a tendência de queda relativa. Entre as regiões, o Nordeste concentra 47,9% da população rural brasileira, justamente a região com os maiores índices de pobreza no país, enquanto as outras quatro regiões acomodam os 52,1% restantes.

Em termos de acesso à educação, a população rural também apresenta índices bem inferiores que a urbana. A taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos no meio rural é superior a 3 vezes a mesma taxa na área urbana, 23,5% contra 7,5%. Além disso, 43% dos responsáveis pelos domicílios rurais afirmaram não possuir ensino fundamental completo.

Com relação aos rendimentos entre a população do campo e dos centros urbanos, os dados também apontam uma acentuada disparidade. A renda domiciliar *per capita* na área rural corresponde a apenas 46% da renda verificada nos domicílios urbanos, ou seja, menos da metade (R$786,00 contra R$360,00). Outra informação interessante a partir dos dados da PNAD é que a desigualdade de renda entre os domicílios rurais também é elevada. Enquanto o índice de Gini referente à distribuição geral da renda domiciliar no Brasil é de 0,515, para o universo dos domicílios situados na área rural essa razão chega a 0,727 (IPEA, 2010).

Essa desigualdade de renda verificada também apresenta grandes disparidades entre as regiões e também quanto a gênero. No primeiro caso, pôde-se perceber que a renda média mensal dos domicílios rurais no Nordeste é de R$296,00, valor inferior ao salário mínimo da época, justamente na região que possui a maior proporção de pessoas vivendo em áreas rurais. A região Sul apresenta a maior renda média mensal, R$606,00, mais que o dobro dos nordestinos, e a média correspondente a todas as regiões é de R$578,75. Já quanto aos valores médios auferidos por homens e mulheres, nota-se que para os homens essa renda chega a R$598,00, enquanto que para as mulheres o valor é bem menor, R$299,00, evidenciando que além de baixa há uma profunda desigualdade de renda inter-gêneros no meio rural.

Outro dado histórico refere-se à concentração de terras no país. O Brasil possui uma das estruturas agrárias mais desiguais do mundo, e o Censo Agropecuário de 2006 mostrou este grau de concentração permanece praticamente inalterado desde 1985. O índice de Gini para desigualdade de terra registrado para 2006 foi de 0,854, não muito diferente do mesmo índice para os anos de 1995 e 1985, que foram, respectivamente, 0,856 e 0,857.

Por fim, Basso *et. al.* (2003) afirmam que a constituição de um esquema analítico que tenha como objetivo fundamental a avaliação da capacidade de reprodução das famílias rurais, na perspectiva da redução da pobreza e das desigualdades sociais, deve contemplar pelo menos três elementos centrais: os diversos ativos que as famílias rurais utilizam para garantir sua sobrevivência; as formas e os meios pelos quais os grupos familiares são capazes de acessar, defender e manter esses ativos; e a capacidade dos grupos familiares para transformar tais ativos em renda, dignidade, poder e sustentabilidade.

2.2. Como se caracteriza a agricultura familiar nesse cenário?

Apesar da extrema desigualdade debatida acima, do baixo nível de renda monetária e da dificuldade de acesso a serviços públicos como educação e saúde que sofrem as populações rurais, a relevância da agricultura familiar em termos econômicos e sociais no Brasil é tema que vem sendo abordado pela literatura de maneira crescente. Sobretudo a partir

da década de 1990, quando o seu próprio conceito começou a ganhar corpo e ser aceito tanto na academia quanto na sociedade em geral. Esse fato, aliado a toda mobilização das organizações representativas dos agricultores nessa mesma época, permitiu o surgimento de políticas públicas e programas governamentais específicos para a agricultura familiar.

No documento desenvolvido pela INCRA/FAO (2000), a produção agrícola brasileira foi classificada sob dois modelos: o familiar e o patronal. Tal classificação visava estabelecer diretrizes para ações de políticas públicas que levassem ao desenvolvimento rural e à integração dos produtores familiares ao mercado. Um ponto importante dessa nova proposta de estratificação das propriedades rurais é que ela apresenta como ponto de partida o regime de trabalho prevalecente na propriedade (familiar ou assalariado), e não a extensão da área.

Abramovay (2006) afirmou que a valorização da agricultura familiar no país foi pautada a partir de três planos distintos. O primeiro diz respeito ao plano *intelectual*, devido ao surgimento de diversos estudos e pesquisas que permitiram estratificar e capturar toda a heterogeneidade da agricultura familiar no país, bem como avaliar a sua relevância sócio-econômica. O segundo plano é o das *políticas públicas*, principalmente após o lançamento do PRONAF e a intensificação dos projetos de assentamentos de reforma agrária durante a década de 1990. Essas e outras políticas foram responsáveis pela geração de novas oportunidades de ocupação e negócios no campo a milhares de famílias. No plano *social*, por último, a agricultura familiar corresponde a um conjunto de forças organizadas cuja principal bandeira de luta é a afirmação da viabilidade econômica da produção familiar, e, posteriormente, sua consolidação como seguimento importante para a economia social.

Enquanto segmento sócio-produtivo, a agricultura familiar assume proporções nada desprezíveis para a formulação de um projeto de desenvolvimento no país, já que cerca de 90% de seus 5.807 municípios têm na atividade agrícola a base de sua economia. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, existem atualmente 4.367.902 estabelecimentos rurais de agricultura familiar no país, 84,4% de todos os estabelecimentos rurais, que respondem por 40% do valor bruto da produção agrícola e empregam cerca de 80% da PEA agrícola. Porém, embora representem 84,4% das propriedades rurais, possuem apenas 24,3% da área ocupada total. Estes dados vão ao encontro daqueles mostrados no tópico anterior, evidenciando uma alta concentração fundiária no país, já que as propriedades não-familiares, embora representem apenas 15,6% do total, possuem 75,7% da área ocupada.

Quanto à participação da agricultura familiar na economia brasileira, Guilhoto *et. al.* (2007) apontaram que a produção familiar não somente é um fator de desaceleração do fenômeno do êxodo rural e fonte de recursos para famílias de rendas menores, como também

possui importante contribuição para a geração de riquezas no país. Os resultados desses trabalhos mostraram que, mesmo com todo seu aspecto heterogêneo, a agricultura familiar é responsável por uma parcela bem significativa de todo o produto agropecuário brasileiro, inclusive com seu inter-relacionamento com outros segmentos importantes na economia.

Guilhoto *et. al.* (2007) acompanharam o percentual estimado do PIB brasileiro gerado pela agricultura familiar ao longo dos anos 1995 e 2005. Nesse período, essa participação variou de 8,8% a 10,1%. Esse percentual não é nada negligenciável, visto que em 2005 representou um valor superior a R$ 170 bilhões. Além do mais, o cálculo é apenas da parcela comercializável da produção, não entrando no cômputo a produção voltada para o próprio consumo doméstico. É importante destacar também que a agricultura familiar responde por cerca de um terço de todo o PIB agropecuário brasileiro, uma vez que a participação do agronegócio (familiar e patronal) no PIB total da economia brasileira chega a cerca de 30%.

No plano institucional, um fato importante foi a homologação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, por meio da Lei 11.326/2006, também conhecida como "Lei da Agricultura Familiar". Essa lei estabeleceu "conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar" (Art. 1º). Em seu artigo 3º a lei estabeleceu também que:

> [...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Portanto, o reconhecimento da agricultura familiar como seguimento produtivo merecedor de um ambiente institucional favorável para o desenvolvimento de suas atividades é um fato relativamente novo na sociedade brasileira. Autores como Veiga (2001), Schneider (2003) e Sachs (2004) chegam a apontá-la como um referencial para um novo modelo de desenvolvimento rural de base sustentável e em consonância com as novas demandas ambientais as quais o planeta vem sendo submetido.

2.3. Quais as políticas públicas de desenvolvimento rural estão sendo apresentadas?

O reconhecimento da agricultura familiar enquanto segmento sócio-produtivo merecedor de um ambiente institucional favorável propiciou, nos últimos anos, o surgimento de diversas políticas públicas voltadas ao incentivo de suas atividades. A primeira delas e a

principal em termos de recursos foi o PRONAF, instituído em 1996 por meio do Decreto nº 1.946. Seu intuito principal é estabelecer diversas ações e garantir os recursos para o apoio às atividades produtivas do segmento da agricultura familiar no Brasil. Dessa forma, de acordo com o artigo 1º de seu Decreto, o PRONAF busca "promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda".

Em seu desenho institucional, o PRONAF veio para satisfazer essas duas questões acima discutidas. Para tanto, foi organizado em três linhas distintas: PRONAF Crédito, linha esta que, desde o início do programa, foi a principal em termos de volume de recursos, somando mais de 90% do total dos recursos; PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais, que a partir de 2003 passou a ser deliberada em âmbito territorial; e o PRONAF Capacitação, linha apoiada pelos recursos do Infraestrutura e que perdeu sua importância atualmente.

A linha de crédito individual para as atividades produtivas agrícolas familiares é a principal em termos de recursos. Ao longo dos anos ocorreram diversas alterações institucionais no PRONAF que propiciaram uma maior abrangência em relação ao público beneficiário, definindo uma tipologia dos agricultores, redefinindo taxas de juros e encargos financeiros, criando linhas especiais de crédito, entre outras ações, visando favorecer as parcelas com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas (SILVA, 2008).

As fontes de recursos para o PRONAF apontadas pelo Governo Federal são: o Orçamento Geral da União (OGU), Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, bancos cooperativos e os Fundos Constitucionais e exigibilidade bancária. Os recursos são alocados pelo Tesouro Nacional tanto para o financiamento direto aos beneficiários como para a equalização dos juros nos financiamentos do FAT. No período entre as safras de 2000/2001 e 2006/2007, foram realizados 9.361.039 contratos com um montante de recursos superior a R$33 bilhões de reais. Na safra de 2006/2007, o valor médio dos contratos foi de R$4.892,65.

A institucionalização do PRONAF e sua capilarização em todo território nacional trouxe um novo cenário para a disseminação do microcrédito no Brasil, em especial, para atividades produtivas rurais (BITTENCOURT, 2003). Sua maior importância é atenuar a desigualdade de condições no acesso ao crédito, que é apontada por Rangel *et. al*. (2007) como um dos fatores responsáveis por diferentes níveis de crescimento econômico, por possuir um efeito mais perverso para os mais pobres do que para os mais ricos. A experiência de microcrédito mais famosa é a do *Grameen Bank* em Bangladesh, fundada pelo economista Muhammad Yunus, que por esse trabalho foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 2006.

Alguns programas de microcrédito também são fomentados via bancos públicos, como o caso do programa *Crediamigo*, do Banco do Nordeste (NERI, 2008).

Um dos primeiros trabalhos de avaliação do PRONAF foi o de Abramovay e Veiga (1999). Neste estudo, eles analisam as duas principais linhas de ação do programa: PRONAF Infraestrutura e PRONAF Crédito. Concluíram que o PRONAF, apesar de seus limites, contribui positivamente para a criação de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento rural e necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito, com a inclusão dos agricultores familiares. O mais importante do programa para os autores foi a institucionalização de uma nova relação entre o sistema bancário e a agricultura familiar, acarretando em uma "dimensão pública" inédita no país.

Gazolla e Schneider (2005) analisaram o PRONAF do ponto de vista do fortalecimento da produção para autoconsumo e a segurança alimentar que o programa gerou na região do Alto Uruguai (RS). Foi diagnosticado o que os autores chamaram de "duas caras" do PRONAF. Ou seja, de um lado ele estimula o padrão produtivista tradicional na região em que os agricultores estão inseridos na dinâmica produtiva dos grãos e das *comodities* agrícolas. De outro, estimula atividades produtivas alternativas a este padrão, principalmente no que se refere à segurança alimentar e agroecologia.

Ao tratar da relação entre créditos do PRONAF e variáveis econômicas locais, Mattei (2006) analisou os indicadores de impactos do programa nos 100 municípios que obtiveram, até o ano de 2004, o maior volume de créditos do PRONAF em todo o Brasil, sobre o sistema de produção agropecuário local e sobre a própria dinâmica das economias locais. Matei utilizou o volume de créditos do PRONAF como variável explicativa para cada uma dessas variáveis dependentes nos municípios escolhidos. Quanto ao comportamento do PIB local e setorial, observou-se um aumento do PIB agropecuário nos municípios, o que ocasionou, por conseguinte, em um movimento positivo nos demais setores econômicos. Ou seja, o estímulo aos agricultores familiares via políticas públicas foi importante na geração de impactos positivos sobre outros indicadores de desempenho econômicos dos municípios beneficiados.

Em um estudo sobre os primeiros anos de funcionamento do PRONAF, Guanziroli (2007) afirmou que o programa causou um impacto positivo na agricultura familiar brasileira durante sua primeira década. Entre os entraves para um melhor desenvolvimento do PRONAF, o autor apontou quatro fatores: a) Inexistência ou baixa qualidade da assistência técnica; b) Dificuldades no gerenciamento dos recursos do crédito; c) Falta de visão sistêmica dos técnicos que permita a indução de processos inovadores na atividade agrícola; e d) Falta de integração nos mercados, de estrutura de comercialização e de agregação de valor.

Além do PRONAF, outras políticas públicas surgiram como incentivo à produção familiar agrícola. Uma delas foi a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, surgida em 2003 com o objetivo de reestruturar o sistema de assistência técnica no Brasil tendo como foco as propriedades rurais familiares. Outro programa que surgiu no interior do Fome Zero é o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que permite a compra pública de produtos de agricultores familiares, a preços estabelecidos pela CONAB, para doação, merenda escolar ou formação de estoques. Além destas, outros programas de transferência de renda também possuem impacto sobre a renda das famílias rurais brasileiras, como o Programa Bolsa Família e a Aposentadoria Rural.

3. DO ESTUDO DOS TERRITÓRIOS AO TERRITÓRIO EM ESTUDO

O Território Médio Jequitinhonha (TMJ), localizado no Vale do Jequitinhonha, porção norte do estado, é composto por 17 municípios. Ele foi concebido no âmbito da criação do PRONAT, em 2003, pelo MDA, e atualmente compõe também o Programa Territórios da Cidadania, do Governo Federal.

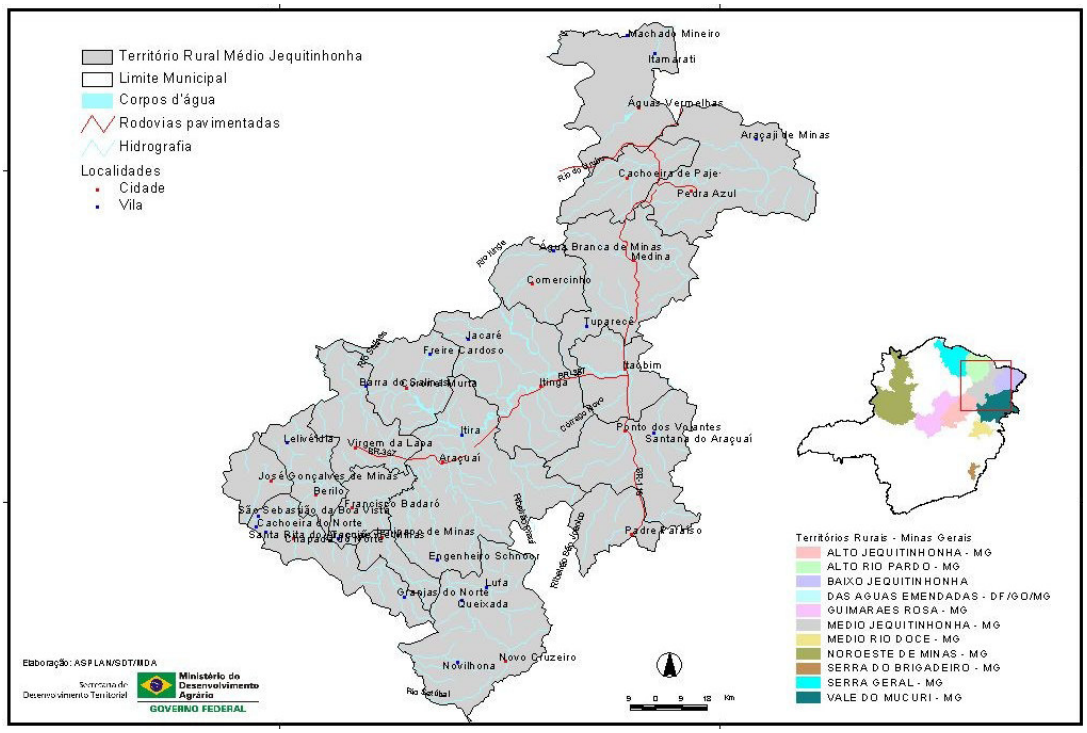

FIGURA 1 – O TERRITÓRIO MÉDIO JEQUITINHONHA
Fonte: MDA/SDT.

De acordo com o Censo Populacional do IBGE de 2000, possui uma população total de 277.694 habitantes, com 50,1% vivendo em área urbana e 49,9% em área rural. Uma de

suas principais características é o grande número de estabelecimentos agrícolas de produção familiar, totalizando mais de 80% do total, o que demonstra a importância do trabalho rural para os moradores do território.

O TMJ é fortemente marcado por condições climáticas adversas, tendendo para a semi-aridez, com precipitações anuais abaixo de 1.000 mm, que aliadas à condição de fertilidade dos solos, relativamente baixa para as principais culturas agrícolas, tornam a sobrevivência difícil, especialmente no meio rural. Os dados sócio-econômicos do território comprovam essa difícil realidade. O IDH do território é de 0,65 e está muito abaixo da média estadual que é de 0,773. O território responde por menos de 30% do PIB *per capita* do estado.

Partindo-se para a análise da realidade fundiária no TMJ, o Censo Agropecuário de 2006 apontou que o território apresenta em média 93% dos produtores como sendo proprietários de suas terras, 4,8% de ocupantes, 1,9% de parceiros e 0,4% de arrendatários. Quanto à distribuição destes estabelecimentos em estratos de propriedades por hectare, 39,3% deles têm menos de 10 hectares, enquanto apenas 0,7% possuem mais de 1000 hectares. A partir desses dados percebe-se que há uma ampla predominância de pequenas propriedades no território. No entanto, a distribuição da área ocupada nos estratos de propriedade tem relação negativa com a distribuição do número de estabelecimentos rurais. Por exemplo, embora o número de propriedades com mais de 500 hectares seja de apenas 2,4%, elas agregam 37,3% da área total ocupada; enquanto que o total de estabelecimentos com menos de 50 hectares, com 76,9% do total, agrupam somente apenas 16,3% da área. Essa relação evidencia uma realidade de alta concentração fundiária no território.

Em relação ao PRONAF no território, a figura 2 abaixo traz a evolução do número de contratos e montante negociado entre os anos 2000 e 2007. Nota-se que as linhas de crédito do PRONAF vêm atendendo um número cada vez maior de agricultores residentes no TMJ. Nesse período, o número de contratos firmados aumentou 515%, sendo feitas ao todo 35.241 operações, totalizando um volume de R$83.966 milhões em créditos aplicados na região. Para se ter uma idéia, no ano de 2007, o volume de recursos do PRONAF correspondeu a apenas 2,4% do PIB total entre os municípios, que no mesmo ano foi de R$1,006 bilhão.

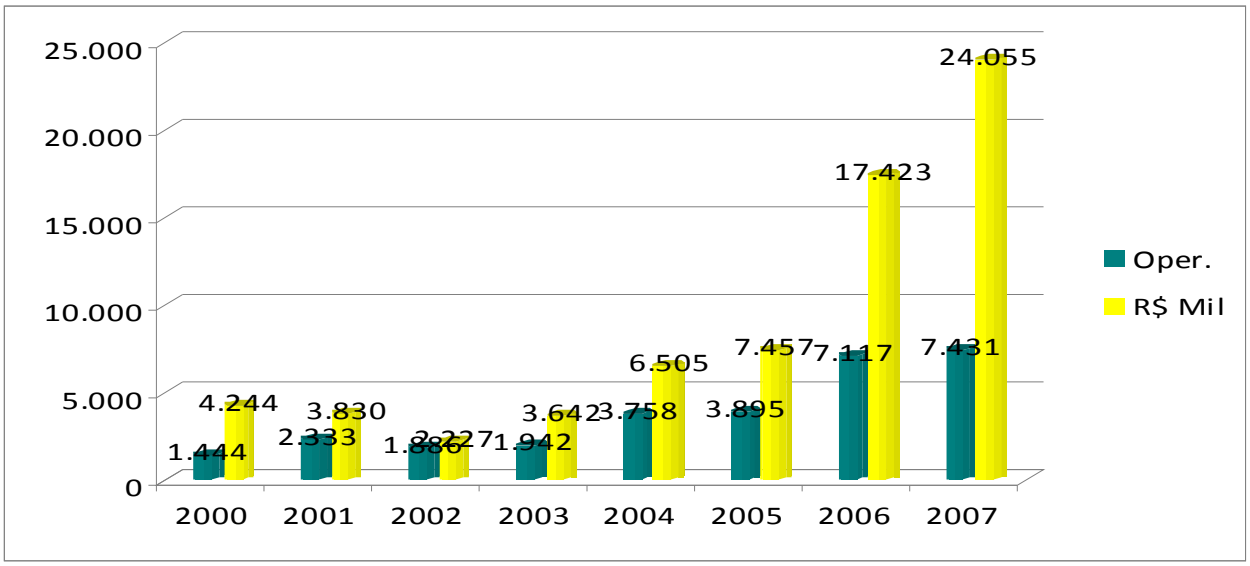

FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DO PRONAF NO TERRITÓRIO MÉDIO JEQUITINHONHA
Fonte: MDA/SAF.

4. METODOLOGIA

Para se chegar aos objetivos deste trabalho, utilizou-se o instrumental estatístico de Dados em Painel. Os modelos de dados em painel são cada vez mais utilizados em pesquisa econômica. Wooldridge (2006) ressaltou a utilidade dos modelos de dados em painel na análise de decisões governamentais, especialmente no que diz respeito à avaliação de programas de política pública. Nesse caso, a avaliação é feita ao estimar os efeitos de políticas em certo público objetivo durante o período de tempo demarcado.

Os modelos de regressão com dados em painel constituem um instrumental econométrico que permite a combinação de séries temporais ou de corte transversal (*cross-section*). Ao descrever o modelo com dados em painel, pode-se levar em conta dois tipos de efeitos para captar a dinâmica intertemporal e a individualidade das variáveis analisadas: efeitos fixos (EF) e efeitos aleatórios (EA) (WOOLDRIDGE, 2006; GREENE, 2002).

Foram realizadas oito regressões lineares nas quais as variáveis econômicas são definidas como dependentes e o volume total de créditos do PRONAF, em nível e com um ano de defasagem, como varáveis explicativas. Abaixo, encontra-se a descrição de todas as variáveis utilizadas:

- *PIBTOT*: valor total da produção agregada nos municípios do TMJ;
- *PIBAGRO*: valor total da produção agregada do setor agrícola nos municípios do TMJ;
- *PIBIND*: valor total da produção agregada das atividades industriais nos municípios do TMJ;
- *PIBSER*: valor total do setor de serviços nos municípios do TMJ;
- *RMTOT*: valor da renda média total *per capita* de cada domicílio;
- *EMPTOT*: postos de trabalho formais gerados durante o ano por município do TMJ;
- *ICMS*: valor total do ICMS gerado por ano em cada município do TMJ;

- *ARREC*: valor total da receita tributária de cada município do TMJ (IPTU, ISS e outras);
- *PRONAF*: valor total do volume de créditos do PRONAF nos municípios do TMJ.

Como todas as regressões foram especificadas como duplo-log, os coeficientes relacionados às variáveis explicativas (PRONAF e PRONAF(-1)) representam a elasticidade da variável dependente em relação a essas variáveis. Ou seja, esses coeficientes medem a variação percentual da variável dependente em relação à variação de 1% no total de créditos do PRONAF (em nível e com uma defasagem). Os dados foram conseguidos junto ao banco de dados da Fundação João Pinheiro – MG. Segue a descrição de cada um dos modelos:

TABELA 1 – DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DO MODELO

Tipo de análise	*Variável dependente*	*Modelo de regressão*
Impactos na produção agregada	PIB Total	$LOG(PIBTOT)it = \alpha_i + \beta_1 LOG(PRONAF) + \beta_2 LOG(PRONAF(-1)) + \varepsilon_i$
	PIB Agropecuário	$LOG(PIBAGRO)it = \alpha_i + \beta_1 LOG(PRONAF) + \beta_2 LOG(PRONAF(-1)) + \varepsilon_i$
	PIB Industrial	$LOG(PIBAIND)it = \alpha_i + \beta_1 LOG(PRONAF) + \beta_2 LOG(PRONAF(-1)) + \varepsilon_i$
	PIB de Serviços	$LOG(PIBASER)it = \alpha_i + \beta_1 LOG(PRONAF) + \beta_2 LOG(PRONAF(-1)) + \varepsilon_i$
Impactos na geração de emprego e renda	Renda média total	$LOG(EMPTOT)it = \alpha_i + \beta_1 LOG(PRONAF) + \beta_2 LOG(PRONAF(-1)) + \varepsilon_i$
	Postos de trabalho	$LOG(EMPTOT)it = \alpha_i + \beta_1 LOG(PRONAF) + \beta_2 LOG(PRONAF(-1)) + \varepsilon_i$
Impactos na geração de impostos	Geração de ICMS	$LOG(ICMS)it = \alpha_i + \beta_1 LOG(PRONAF) + \beta_2 LOG(PRONAF(-1)) + \varepsilon_i$
	Arrecadação total de impostos municipais	$LOG(ARREC)it = \alpha_i + \beta_1 LOG(PRONAF) + \beta_2 LOG(PRONAF(-1)) + \varepsilon_i$

Elaboração própria.

As regressões foram estimadas pelo método de Mínimos Quadrados Generalizados. Existem muitos *softwares* estatísticos que contêm as rotinas para estimar as regressões por esse método. Para esta pesquisa, utilizou-se o *software Eviews 6.0*. Para se obter erros padrões robustos e corrigir os problemas de heterocedasticidade e autocorrelação, elas foram feitas utilizando-se o método de covariância do coeficiente *White Cross-Section.*

De acordo com o *Teste de Hausman*, em nenhuma das regressões pode-se rejeitar a hipótese nula a um nível de significância estatística de 5%. Com isso, o modelo de Efeitos Aleatórios despontou-se como mais apropriado para este trabalho.

5. ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PRONAF NO MÉDIO JEQUITINHONHA

Neste tópico são apresentados e discutidos os principais resultados encontrados nas regressões realizadas. De acordo com o Teste de Hausman, em nenhuma das regressões pode-se rejeitar a hipótese nula a um nível de significância estatística de 5%. Com isso, o modelo de Efeitos Aleatórios despontou-se como mais apropriado para este trabalho. A tabela 2

abaixo fornece os resultados dos parâmetros estimados. Mostra também o quanto o componente de erro difere do valor do intercepto comum para cada um dos 17 municípios do TMJ, permitindo captar sua heterogeneidade para cada um deles em cada uma das regressões.

Primeiramente, nas oito regressões os três coeficientes estimados mais o termo intercepto comum são estatisticamente significativos aos níveis de 1% e 5%. Os sinais dos coeficientes estão de acordo com o esperado pela teoria consultada, apontando uma relação positiva entre volume de créditos do PRONAF e todas as variáveis estimadas.

O coeficiente de determinação (R^2) para as oito regressões variou entre 0,24 0,80, o que demonstra a existência de outras variáveis além do PRONAF que explicam a variação do PIB nos municípios selecionados. Porém, como o intuito desse trabalho foi analisar os impactos do PRONAF nas principais variáveis econômicas do território, preferiu-se manter o modelo dessa forma, sem prejuízo para a análise e para o alcance de seus objetivos. Segue abaixo uma discussão do resultado de cada regressão.

TABELA 2 - RESULTADOS DAS REGRESSÕES

Parâmetros	***Variáveis Dependentes***							
	PIBTOT	***PIBAGRO***	***PIBIND***	***PIBSERV***	***RMTOT***	***EMPTOT***	***ICMS***	***ARREC***
Intercepto	8.235862	7.685943	6.166177	6.723887	2.491764	2.028838	4.655244	4.157704
LOG(PRONAF?)	0.093829	0.065725	0.092126	0.115936	0.171899	0.176127	0.160563	0.158026
LOG(PRONAF?(1))	0.089456	0.037856	0.098006	0.103159	0.147735	0.136642	0.5462	0.090068
	Efeitos aleatórios (*Cross-section*)							
Á_Vermelhas_C	0.198590	0.636800	0.135288	0.083071	-0.009644	0.247617	-0.018697	0.302813
Araçuaí_C	0.960851	0.362210	0.954959	0.809758	1.356408	1.163346	1.307933	1.215720
Berilo_C	0.150997	0.122947	0.968193	-0.114386	0.856998	0.420119	0.193713	0.237885
Cachoeira_Pajeú_C	-0.012780	0.417773	-0.262238	-0.483223	-0.162016	-0.092113	0.197432	0.635369
Chap_ Norte_C	-0.053399	-0.546994	-0.207744	0.302313	-0.779473	-0.797677	-0.409589	-0.417172
Comercinho_C	-0.492034	0.392159	-0.325317	-0.508321	-1.354967	-1.537463	-0.336918	-0.994205
Cel_Murta_C	-0.543392	-0.625830	-0.468434	-0.389721	-0.894840	-0.714646	-0.848021	-0.644957
Fco_Badaro_C	-0.626116	-0.752853	-0.802588	-0.362826	-0.809560	-0.843648	-1.117371	-1.010032
Itaobim_C	0.767073	-0.172423	0.653078	0.392102	1.104404	1.133755	1.823969	1.531829
Itinga_C	-0.253883	0.178212	-0.241426	-0.154228	-0.940846	-0.718130	-0.969812	-0.539094
Jenipapo_ Minas_C	-0.875172	-1.188266	-0.912152	-0.510295	-0.544762	-0.428486	-1.441587	-1.057840
Jose_G_Minas_C	-0.780320	-0.735484	-1.124089	-0.456702	-0.518894	-0.271218	-0.852717	-1.006941
Medina_C	0.674436	0.791685	1.005453	0.493689	1.353710	1.163815	1.587443	0.682774
Pad_Paraiso_C	0.165715	-0.398660	0.066184	0.317070	0.279677	0.216590	0.701166	0.276086
Pedra_Azul_C	1.159148	1.752882	1.429887	0.708509	1.344877	1.191144	1.597292	1.161769
Ponto_Volantes_C	-0.409294	-0.330527	-0.683611	-0.182187	-0.564965	-0.474842	-1.407828	-0.270899
Virgem_Lapa_C	-0.030421	0.096369	-0.185442	0.055376	0.283893	0.341839	-0.006410	-0.103105
R^2	0,64	0,24	0,33	0,80	0,33	0,31	0,38	0,35
Prob (Estatística F)	0.000116	0.023235	0.000000	0.017464	0.000815	0.002609	0.000092	0.000127

FONTE: Resultados da pesquisa

5.1. Impactos do PRONAF na produção agregada

A análise dos impactos do PRONAF em relação à produção agregada no TMJ levou em conta o PIB total e o setorial (agrícola, industrial e serviços). Como resultado, o PRONAF apresentou impactos positivos na produção agregada total e setorial nos municípios do TMJ. Essa análise foi importante por duas razões. Primeiro, como o PRONAF é *a priori* uma política setorial, pôde-se captar o seu efeito no produto agropecuário do território, o que, por conseguinte, afeta também o PIB Total. Em segundo lugar, ao verificar os impactos do PRONAF no produto dos demais setores da economia do território, pôde-se também analisar os efeitos inter-setoriais que os créditos do PRONAF provocam na economia dos municípios.

Começando pelo PIB Total, o valor estimado do coeficiente do montante de créditos do PRONAF em nível aponta que, para uma variação de 1% em seu valor total, ocorrerá uma variação percentual no mesmo sentido de 0,094% no valor do PIB Total do território. Quanto ao efeito do PRONAF com um ano de defasagem no PIB total, o resultado apontou que uma variação de 1% em seu valor afetará no mesmo sentido o PIB Total do território em 0,089% no próximo ano. Este resultado por si só já demonstra a importância do PRONAF para a produção agregada do território. Além disso, demonstra a existência de uma dinâmica intertemporal da política, pois os coeficientes de impacto são positivos tanto no ano de contratação como para o ano seguinte na economia do território.

Passa-se agora para a análise dos impactos do montante do PRONAF em relação ao PIB em cada um dos três setores da economia do TMJ, começando pelo impacto junto ao PIB Industrial. Pelos dados, percebe-se que para uma variação de 1% no valor total do montante de créditos do PRONAF em nível acarretará uma variação percentual no mesmo sentido de 0,092% no valor do PIB Industrial. Já em relação ao PRONAF com um ano de defasagem, a variação é de 0,098% no mesmo sentido no ano posterior. Embora os municípios não possuam setores industriais bem desenvolvidos, já que o PIB Industrial no período estudado representa apenas 25% do total, alguns setores como pequenas agroindústrias e fabricação de implementos agrícolas recebem incentivos importantes com os créditos do PRONAF.

O PRONAF também traz impactos positivos no PIB de Serviços, responsável por 53% do PIB Total. O valor estimado do coeficiente do montante de créditos do PRONAF em nível indica uma variação de 0,116% no valor total do produto desse setor para uma variação percentual de 1% no montante de créditos do PRONAF no território. Quanto ao efeito do crédito com um ano de defasagem, o resultado aponta que, sob a mesma variação, afetará no mesmo sentido em 0,103% o PIB de Serviços do TMJ no próximo ano. Em termos absolutos,

os impactos do PRONAF no PIB de Serviços no TMJ mostrou seus maiores resultados, mais uma vez reforçando a hipótese da intersetorialidade de seu impacto na economia territorial.

Com isso, os resultados desta regressão e da anterior indicam que o PRONAF vem proporcionando uma maior dinâmica nas atividades comerciais e industriais no território, o que acarreta uma maior circulação de riqueza e aumento do PIB Total nesses municípios.

Por último, passa-se à análise do impacto do montante do PRONAF em relação ao PIB Agropecuário, que é responsável por 22% do PIB Total do território. Como resultado do valor estimado do coeficiente do montante de créditos do PRONAF em nível, vê-se que para uma variação de 1% em seu valor total, ocorre uma variação percentual no mesmo sentido de 0,066% no valor do PIB Agropecuário no território do próximo ano. Quanto ao efeito do PRONAF com um ano de defasagem, o resultado aponta que uma variação de 1% em seu valor afetará no mesmo sentido o PIB Agropecuário do território em 0,038%.

Apesar de ser um impacto positivo, o valor dos coeficientes para o PIB Agropecuário foram baixos, considerando-se o fato de ser o PRONAF uma política setorial, sendo inferior inclusive ao impacto em relação ao PIB Total e também ao PIB dos outros setores. Porém, esse resultado não se constitui em uma surpresa, dada a análise da incidência do PRONAF no TMJ. Como discutido anteriormente, a agricultura familiar no Médio Jequitinhonha se caracteriza por pequenas propriedades e uma produção de baixa integração com o mercado. Grande parte dos insumos utilizados é oriunda da própria propriedade, sobretudo devido ao baixo nível de capitalização dessas famílias. Sob essa realidade, o PRONAF é uma política que permite a esses agricultores terem acesso tanto a outros insumos para a produção como para o beneficiamento primário e agregação de valor de seus produtos, gerando assim maior demanda e oferta tanto para produtos industrializados ou semi-industrializados como para atividades comerciais nas economias municipais.

Outro ponto a ser levado em questão é que a linha responsável pela maior quantidade de contratos é a do PRONAF B. Esse crédito é fortemente subsidiado e destinado aos agricultores com renda anual bem baixa. Essa faixa populacional é externamente carente em vários bens e serviços. Com isso, algumas famílias acabam destinando inicialmente o recurso para atender outras demandas que não a produtiva (gerando demanda para outros setores da economia local). É bom ressaltar que, conforme informações do Banco do Nordeste - BNB, principal operador do PRONAF B no TMJ, o índice de inadimplência dessa linha do PRONAF é considerada baixa.

5.2. Impactos do PRONAF na geração de trabalho e renda

Neste tópico, as análises foram focadas sobre os impactos do montante de créditos do PRONAF na geração de postos formais de trabalho e na renda média dos trabalhadores do TMJ. No que tange à renda média, verificou-se que o valor estimado do coeficiente do montante de créditos do PRONAF em nível aponta que, para uma variação de 1% em seu valor total, ocorrerá uma variação percentual no mesmo sentido de 0,172% no valor da renda média total dos trabalhadores do território no ano de contratação. Quanto ao efeito do PRONAF com um ano de defasagem, o resultado aponta que uma variação de 1% em seu valor afetará no mesmo sentido na renda média em 0,148% no ano posterior.

Na análise dos impactos do montante do PRONAF em relação à geração de postos de trabalho formais na economia do território, o valor estimado do coeficiente do montante de créditos do PRONAF em nível apontou uma variação de 0,176% no total de postos de trabalho dada uma variação de 1% em seu volume no território, em sentidos idênticos. Quanto ao efeito do PRONAF com um ano de defasagem, o resultado aponta que uma variação de 1% em seu valor afetará no mesmo sentido em 0,137%.

Um ponto a ser notificado diz respeito à dificuldade de uma análise mais apurada sobre o comportamento do mercado de trabalho nesses municípios, dado que as relações de informalidade ainda são muito fortes, principalmente no meio rural. Falta uma base de dados mais atualizada e consistente sobre essa questão. Porém, com a utilização de dados fornecidos a partir da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/MTE, foi possível fazer algumas inferências estatísticas sobre sua relação com o volume de créditos do PRONAF.

Os resultados deste tópico demonstram que o PRONAF, enquanto uma política social, pode apontar para um redirecionamento dos gastos públicos para os pequenos municípios, provocando um aquecimento da economia de tais municípios e, com isso, uma expansão na renda e na demanda pela força de trabalho local. Conclusões similares a essa, mas referindo-se a outras políticas sociais, foram encontradas por Marques (2005) e Paes de Barros (2007).

5.3. Impactos do PRONAF na geração de receita tributária

Por último, buscou-se analisar os impactos do montante de créditos do PRONAF na geração anual de impostos pelas atividades econômicas no TMJ.

A primeira regressão, referente à geração de ICMS, mostra que o valor estimado do coeficiente do montante de créditos do PRONAF com um ano de defasagem aponta que, para uma variação de 1% em nível seu valor total, ocorrerá uma variação percentual no mesmo sentido de 0,161% na geração de ICMS total dos municípios do território. Quanto ao efeito do

PRONAF com um ano de defasagem, o resultado aponta que uma variação de 1% em seu valor afetará no mesmo sentido a geração de ICMS em 0,196%.

Quanto à análise dos impactos do PRONAF em relação à receita tributária anual dos municípios, o coeficiente estimado do PRONAF com uma defasagem indica uma variação em nível de 0,158% na receita tributária municipal dada uma variação de 1% no volume total de créditos do PRONAF no território, em sentidos idênticos. Já o coeficiente estimado para a variável PRONAF com um ano de defasagem o impacto foi de 0,09%.

Mais uma vez ficou diagnosticada a importância dos recursos do PRONAF para os municípios do TMJ, desta vez em relação à arrecadação tributária. Seus impactos foram positivos e significativos tanto na geração de ICMS, que é um imposto estadual, quanto no total da arrecadação tributária municipal. Isso significa mais recursos para os governos estaduais e municipais para investimento em outros programas para sua população, o que por si só já é um fator que justifica um maior interesse por esses governos, que abrangem áreas com um significativo número de agricultores familiares, em incentivar e criar mecanismos para uma sua maior operacionalização.

5.4. Comentários sobre a heterogeneidade entre os municípios

Como descrito anteriormente, o modelo de Efeitos Aleatórios para Dados em Painel considera o efeito da heterogeneidade apenas entre os municípios do território, mantendo essa heterogeneidade, por suposição, constante ao longo do tempo. Dessa forma, os interceptos variam de município para município, mas não ao longo do tempo, enquanto que as elasticidades captadas pelos parâmetros estimados neste trabalho são constantes para todo o território durante todos os períodos do recorte temporal. Portanto, o intercepto é tratado como uma variável aleatória, composta pelo intercepto populacional mais um termo de heterogeneidade aleatória específica para cada município. Essa heterogeneidade é dada por variáveis não observáveis, mas que interferem no desempenho de cada componente da amostra, neste caso, os municípios que compõem o TMJ.

Em geral, percebeu-se a partir da discussão do tópico anterior que o PRONAF vem apresentando impactos positivos nas principais variáveis econômicas dos municípios do TMJ. Entre os municípios, notou-se também alguma heterogeneidade aleatória entre eles. A tabela 2 apresentou estas elasticidades para cada um dos 17 municípios, mostrando qual deles obteve resultados acima da média no território (sinais positivos) e aqueles abaixo da média (sinais negativos) para cada uma das regressões. Embora não faça parte do escopo deste trabalho analisar esta heterogeneidade mais profundamente, levantou-se algumas hipóteses que possam

explicar essas diferenças entre os municípios. Porém, ressalta-se que para uma maior confiabilidade deveria haver um trabalho mais sistemático de pesquisa de campo que as corrobore. São elas:

- *Organização dos agricultores familiares*: uma maior organização pode potencializar os resultados do crédito à medida que fornece a esses atores as habilidades sociais necessárias.
- *Canais de comercialização*: a existência e a devida utilização de canais de comercialização adequados que propiciem o escoamento da produção e a concretização dos negócios agrícolas.
- *Qualidade da assistência técnica*: atuação de um técnico ou uma equipe em um dado município de forma diferenciada.
- *Recursos naturais*: a presença de recursos naturais diferenciados pode também acarretar em impactos diferentes na política de crédito na atividade agrícola.
- *Maior integração de mercados*: um setor comercial bem estruturado para a aquisição das matérias-primas necessárias a um custo mais baixo e menor tempo, um setor agroindustrial operando que garanta a compra e processamento da produção primária, o setor financeiro atento às nuances do crédito rural, um setor de transportes mais a contento, entre outros fatores, são de suma importância para se auferir melhores resultados econômicos.
- *Infraestrutura adequada*: para propiciar uma maior interligação entre os vários elos da cadeia produtiva agroindustrial nos municípios também é um fator relevante.
- *Eficiência fiscal:* eficiência das estruturas municipais no monitoramento das atividades econômicas e sociais tributáveis e a cobrança dos devidos impostos junto às pessoas físicas e jurídicas do município, evitando (ou minimizando) inclusive fraudes ou sonegações.

Como se pode perceber, as hipóteses levantadas para identificar a heterogeneidade entre os municípios com relação a um ambiente mais favorável para se alcançar melhores resultados com o PRONAF dizem respeito a áreas bem diversas, o que abre um leque amplo para outras pesquisas de campo que as analisem mais profundamente.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho de pesquisa procurou desenvolver um raciocínio inovador que levasse ao entendimento mais geral da relação entre agricultura familiar, políticas públicas e territorialidade, e seus resultados práticos e efetivos no desenvolvimento e combate à pobreza e desigualdade social. Nesse sentido, buscou-se auferir as dinâmicas territoriais de desenvolvimento a partir dos impactos econômicos que os créditos do PRONAF em territórios compostos por municípios com uma ampla proporção da população sendo potenciais beneficiários.

Ao final, pôde-se corroborar a hipótese utilizada sobre os impactos positivos do PRONAF no processo de desenvolvimento desses territórios ao permitir o acesso ao crédito para um grupo de trabalhadores que não apresentam as garantias reais exigidas pelo mercado financeiro. Ao constituir-se em uma fonte de liquidez considerável a esses municípios – além da inclusão econômica e melhoria de vida das famílias beneficiárias – o PRONAF vem acarretando efeitos diretos e indiretos em suas economias, com conseqüentes impactos no

produto agregado, geração de emprego, no aumento da renda *per capita* e na arrecadação tributária. Com a utilização do instrumental estatístico de dados em painel, viu-se que o PRONAF provoca efeitos econômicos intersetoriais no território, pois embora seja uma política *a priori* agrícola, gera demandas e fornece insumos tanto para o setor industrial como o de serviços. Verificou-se também um efeito intertemporal dos créditos do PRONAF nos oito agregados macroeconômicos analisados no território. Isso indica a existência de um efeito multiplicador dos créditos nas atividades econômicas no interior dos municípios.

Estes resultados trazem uma reflexão no que diz respeito a uma multiplicidade de estratégias de atuação da agricultura familiar que existem no campo da economia territorial, o que favorece o planejamento e a gestão dos recursos naturais, sua distribuição mais equitativa e sua administração mais descentralizada. Assim, o apoio à produção familiar agrícola pode ser uma estratégia para a dinamização da economia de muitos municípios brasileiros e com grande potencial para a redução da desigualdade social e pobreza em territórios rurais que passam por uma fase de estagnação econômica, como é o caso do Vale do Jequitinhonha. Porém, essas políticas precisam vir associadas a outras ações que envolvam estímulo à produção, regularização e reforma fundiária e desenvolvimentos de negócios (agrícolas e não-agrícolas) com programas de proteção social e transferência de renda.

Por último, entende-se que a formulação e implementação de políticas públicas focalizadas, com critérios claros quanto ao seu público beneficiário e suas formas de acesso, que permitam canais de participação social para seu monitoramento e redefinições, configura-se como uma estratégia importante no âmbito do planejamento estatal para fins de combate à pobreza e à desigualdade econômica. Nesse caso, o PRONAF, cujo público dos territórios nos quais incide é marcado por precariedade no acesso a serviços básicos de cidadania e baixa renda média familiar, como visto neste trabalho sobre a realidade do meio rural brasileiro, é uma ação que se insere nesta estratégia. Além disso, ele exige uma articulação institucional no território para sua implementação e seu montante de créditos proporciona resultados efetivos em termos de impactos na dinâmica sócio-econômica destes territórios. No entanto, é importante que as organizações públicas e privadas locais também se organizem de modo a melhor se adaptarem às exigências do programa e, por conseguinte, conseguirem potencializar cada vez mais estes resultados em suas economias e expandir o número de beneficiários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAI, Ricardo. Agricultura Familiar e Reforma Agrária. *In*: **Estudo da Dimensão Territorial do PPA**. Brasília: CGEE, 2006.

ABRAMOVAY, R.; Veiga, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, DF: IPEA, 1999. 41 p. (Texto para Discussão, 641).

BASSO, David *et. al.* O estudo de trajetórias de desenvolvimento rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. *In*: **Revista Desenvolvimento em Questão**, n. 1, jan/jun. Editora Unijuí, 2003.

BARROS, Ricardo Paes de. **Desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **O financiamento da agricultura familiar no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2003. Tese (Doutorado em Economia). UNICAMP, 2003.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. As duas "caras" do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? *In*: **Anais XVIII Congresso SOBER**, Ribeirão Preto SP, 2005.

GREENE, Wilian. **Econometric analysis.** New Jersey: Upper Saddle River, 2002.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 45, nº 02, 2007.

GUILHOTO, Joaquim, *et. al*. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Brasília: NEAD, 2007.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**. Brasília: MDA, 2000.

MATTEI, Lauro. **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: NEAD, 2006.

MDA. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o Brasil**. Brasília: MDA/SDT, 2005.

MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os ricos ricos**: o outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo: Hucitec, 2005

NERI, Marcelo**. Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

RANGEL, Leonardo Alves; ANDRADE, Joaquim; DIVINO, José Ângelo. Crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil de 1991 a 2000 - uma análise das áreas mínimas comparáveis. **Texto de Discussão**, nº 1312. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamound, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade da agricultura familiar**. P. Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, S. P. **Políticas públicas e agricultura familiar: uma abordagem territorial do PRONAF no Médio Jequitinhonha**. Viçosa: UFV, 2008. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Viçosa, 2008.

VEIGA, José Eli da. O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Texto para Discussão**, nº 1. Brasília: NEAD, 2001.

WOOLDRIDGE, Jeffrey. **Introdução à Econometria: Uma Abordagem Moderna**. Brasília: Editora Pioneira, 2006.